



NOVO HAMBURGO

Administrando de mãos dadas com você

Gestão 2005-2008

LEI MUNICIPAL Nº 1.595/2007, de 1º de junho de 2007.

Autoriza a concessão de subvenções de natureza assistencial, autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial até o limite que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções sociais às entidades integrantes do Anexo I desta Lei, sem fins lucrativos, mediante convênio, no montante de até R\$ 102.432,25 (cento e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos), com a finalidade de subsidiar despesas necessárias para administrar projetos para desenvolver ações assistenciais, destinados à Crianças e aos Adolescentes, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em conformidade com os planos de aplicações e Convênio nº 40807/2004 - FECA, celebrado com o Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Os convênios serão formalizados em conformidade com os respectivos projetos e planos de aplicação de recursos previamente aprovados pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 2º As entidades beneficiárias devem observar, tanto para a obtenção da contribuição pleiteada quanto no que diz com a respectiva prestação de contas, o que contém no Manual para Concessões Sociais e de Prestação de Contas instituído pelo Decreto nº 2.336/2005, de 12 de dezembro de 2005, e, supletivamente, no que couber, o disposto no Convênio nº 40807/2004 FECA.

§ 1º Fica a entidade beneficiária obrigada a manter conta bancária específica em instituição oficial, para o recebimento do valor correspondente à subvenção repassada.

§ 2º Os valores recebidos e não utilizados em período igual ou superior a 30 (trinta) dias devem ser aplicados em caderneta de poupança, em instituição bancária oficial.

§ 3º Os rendimentos das aplicações financeiras devem fazer parte integrante da prestação de contas, bem como aplicados em sua totalidade no objetivo desta subvenção, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas dos recursos originalmente recebidos.

§ 4º Compete à Secretaria de Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS proceder a fiscalização da verba prevista nesta Lei.

Art. 3º A qualquer tempo, verificada a desdestinação na aplicação do recurso financeiro, ou a critério do Poder Executivo Municipal, com a aprovação do Poder Legislativo Municipal, a qualquer título, pode ser cancelada a sua liberação.

Prefeito de 1º 4º 075/146/2007



NOVO HAMBURGO

Administrando de mãos dadas com você

Gestão 2005-2008

2

...

Art. 4º Caso os recursos entregues venham a ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio, ou a respectiva prestação de contas deixar de ser apresentada no prazo exigido, bem assim, deixar de ser executado o objeto do Convênio e/ou plano de trabalho, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas, a entidade beneficiária deve restituir o montante recebido, ao Município, acrescido de juros legais e de atualização monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do respectivo recebimento.

Art. 5º Para atender parte da despesa prevista no artigo 1º desta Lei, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a utilizar verba na Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Fiscal do exercício de 2007, conforme Anexo II desta Lei.

§ 1º Para atender parte da despesa prevista no artigo 1º desta Lei, no valor de R\$ 35.486,45 (trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), e despesas de execução própria vinculada ao referido Convênio, no valor de R\$ 42.456,25 (quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis mil e vinte e cinco centavos), o Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, nas dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Fiscal do exercício de 2007, conforme Anexo III desta Lei.

§ 2º Os recursos necessários à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o § 1º retro decorre da anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Fiscal do exercício de 2007, conforme Anexo IV desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO,
ao 1º (primeiro) dia do mês de junho do ano de 2007.


JAIR HENRIQUE FOSCARINI
Prefeito Municipal


SÍLVIA REGINA MOSSMANN DOS SANTOS
Secretária de Planejamento


ROSA MARIA DA SILVEIRA GOMES
Secretária do Trabalho, Cidadania e Assistência Social

Registre-se e Publique-se.


JOÃO ALBERTO ANTÔNIO
Secretário de Administração